

A abordagem dos *Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) Rurais* e as dinâmicas sócioeconômicas de desenvolvimento dos territórios rurais da região Vale do Rio Pardo

Jorge L. Amaral de Moraes¹
Sérgio Schneider²

RESUMO

Este trabalho é resultado de um estudo das dinâmicas socioeconômicas de desenvolvimento dos territórios rurais. O principal objetivo do trabalho foi realizar uma análise das novas dinâmicas socioeconômicas de desenvolvimento da região administrativas *Vale do Rio Pardo* (VRP), utilizando-se a abordagem teórico-metodológica e multidisciplinar dos *Sistemas Produtivos Localizados Rurais (SPLs Rurais)*. Foram identificados os processos históricos, institucionais e culturais de formação dos territórios rurais da região VRP e as principais instituições e atores com atuação local. O estudo foi feito por meio de uma análise empírica das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios da região VRP, através da elaboração de uma tipologia dos territórios rurais e SPLs da região. Foi possível identificar quatro diversificados e complexos territórios na região e a sua reprodução, através de *SPLs Rurais*, estruturados, representados e caracterizados na forma de *Distritos Rurais*. Por fim, sugere-se que os pressupostos teóricos da regulação e da reestruturação produtiva e os fundamentos teóricos da perspectiva territorial do desenvolvimento rural e da abordagem dos *SPLs Rurais* poderão ser utilizados como instrumentos teórico-metodológicos no estudo das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais.

Palavras-chave: Sistemas Produtivos Localizados; territórios rurais; SPLs; dinâmicas de desenvolvimento; desenvolvimento territorial rural.

INTRODUÇÃO

Os efeitos da reestruturação produtiva mundial sobre as dinâmicas sócioeconômicas locais de desenvolvimento dos territórios convivem com as

¹ Engº. Agrônomo, Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor do Departamento de Economia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail: jmoraes12@gmail.com

² Sociólogo, Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Sociologia e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: schneide@ufrgs.br

diferentes capacidades de respostas dessas dinâmicas a esses efeitos e com a complexidade territorial-local decorrente dessas diferenças (BOYER, 1994). Esse pressuposto implica na necessidade de uma reflexão sobre as necessidades de mudanças nas políticas e nas formas de interpretação das teorias sobre desenvolvimento que pretendem explicar os desequilíbrios regionais a partir, apenas, da reorganização da produção globalizada (BENKO, 2002; BENKO & LIPIETZ, 1994).

Enquanto na Europa a diversidade e as potencialidades locais já são reconhecidas como elementos estratégicos para a competitividade dos territórios rurais, o debate brasileiro em relação ao futuro do desenvolvimento desses territórios ainda é embrionário. Atualmente, esse debate vem acontecendo entre aqueles que defendem a hipótese da perda crescente de importância desses territórios, como um “determinismo estrutural”, e, do outro lado, aqueles que defendem a hipótese de um desenvolvimento “local” ou “endógeno” dos territórios (BONANNO, 1999). Enquanto os primeiros acreditam na globalização como o único caminho para o desenvolvimento, os últimos consideram tanto os reflexos dos fatores externos sobre o local como a importância dos recursos territoriais e das ações dos atores e das instituições locais (HODGSON, 1994, 2002; REIS, 1998; 2001; 2006). No Brasil, o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), em 2003, que adotou a dinâmica territorial como estratégia de atuação para reduzir a pobreza das áreas rurais e um processo abrangente de desenvolvimento territorial rural. No entanto, essa estratégia ainda necessita de contribuições teóricas que possam ampliar as bases de sustentação desse processo, no médio e longo prazo. Por isso, considerando a necessidade de um aprofundamento do debate, espera-se que este trabalho possa contribuir para o estudo das atuais dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais, utilizando-se novas abordagens teóricas que possam explicar a gênese e o funcionamento dessas dinâmicas de desenvolvimento.

Embora já existam contribuições nas diversas escolas de pensamento para a análise das atuais aglomerações produtivas ainda é preciso avançar na consolidação de uma abordagem teórico-metodológica para o estudo e a formulação de uma tipologia que expresse as origens, formas, similaridades e complexidades das dinâmicas das aglomerações produtivas locais nos territórios rurais (REQUIER-DESJARDINS, 1999). Além disso, as informações e o conhecimento sobre as aglomerações produtivas em geral e os resultados de estudos aplicados aos territórios rurais e aos seus SPLs ainda são muito raros no Brasil. Por esse motivo, justifica-se a necessidade de um aprofundamento do debate em torno de novas abordagens para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais, que levem em conta, ao mesmo tempo, também as formas estruturais e institucionais de regulação e governação existentes e a possibilidade de estas serem modificadas pela ação dos atores locais (BOYER, 1995; REIS, 2006; LACROIX & MOLLARD, 1995).

Portanto, torna-se urgente buscar subsídios teóricos para o estudo das dinâmicas sócioeconômicas de desenvolvimento dos territórios rurais, que identifique as dinâmicas territoriais de desenvolvimento, que incluam o estudo dos aspectos sócioeconômicos, culturais, políticos, ambientais e históricos de formação desses territórios. Para isso, é necessário verificar a existência de diferentes tipos de *SPLs Rurais* para que possam ser traçados os caminhos para o estudo do desenvolvimento dos territórios rurais. Espera-se que, dessa forma, seja possível compreender melhor as relações das dinâmicas de desenvolvimento rural com os sistemas produtivos locais - produção, distribuição e consumo - e com os processos históricos de regulação e governação dos territórios e das aglomerações produtivas. Mas, para isso, são necessárias novas abordagens, e/ou modelos, com bases teórico-metodológicas que dêem conta de explicar as dinâmicas sócioeconômicas contemporâneas de desenvolvimento dos territórios rurais. Algumas teorias, não necessariamente novas, vêm servindo de base para essas novas abordagens utilizadas para compreender as trajetórias e dinâmicas sócioeconômicas dos territórios rurais e para propor novos instrumentos e políticas de desenvolvimento, mais ajustados ao perfil de cada território e às suas potencialidades locais.

A seguir, apresentam-se os fundamentos teóricos da perspectiva territorial do desenvolvimento rural e da abordagem dos *SPLs Rurais*. Na seqüência, discute-se a possibilidade de uso desses instrumentos teórico-metodológicos no estudo das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais. Na última seção, são apresentados os resultados da análise empírica das dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais da região VRP.

A PERSPECTIVA TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL E A ABORDAGEM DOS *SPLs RURAIS*

As novas abordagens da geografia econômica e da sociologia econômica, que utilizam novos significados para o território, têm uma perspectiva muito dinâmica, o que parece relevante, já que os sistemas estão em constante evolução, embora em graus e tempos bastante diferenciados (BECKER, 2001). O território é resultante da relação da sociedade com o espaço, quando se incorporam neste as relações econômicas e de produção daquela. Para que se tenha um território é necessário que a sociedade ou grupos sociais se apropriem do espaço físico, ampliem e utilizem as inovações tecnológicas e que exista um sentimento de pertencimento, ou seja, a identificação da sociedade com o seu território.

Então, quando se utiliza o termo *dinâmica territorial rural* entende-se como sendo o ambiente onde é possível a utilização, ao mesmo tempo, das potencialidades próprias do território e o aproveitamento das oportunidades externas, constituindo-se uma dinâmica sócioeconômica local diferenciada de desenvolvimento rural, instrumentalizada e mediada através de seus *SPLs Rurais*

(CORREA,2004; SABOURIN,2002; SCHNEIDER,2003). As ligações entre o *global* e o *local* dentro dos territórios e as articulações entre alguns referenciais teóricos regulacionista e institucionalista com a abordagem territorial do desenvolvimento são realizadas utilizando-se os pressupostos teóricos que sustentam a “imersão” ou “enraizamento” (*embeddedness*) da economia de mercado no sistema social, propostos por Polanyi (2000). Estes são os principais subsídios teóricos de sustentação dessa abordagem de análise do desenvolvimento sócioeconômico dos territórios em geral e, em particular, dos rurais.

A origem dos conceitos de *SPLs* (COURLET & PECQUEUR, 1994; POMMIER, 200), *Distrito Rural* (CECCHI, 2001) e *Sistema Agroalimentar Localizado-SIAL* (REQUIER-DESJARDINS, 1999; 2002) estão nos estudos realizados por Marshall (1992) sobre as vantagens das aglomerações de pequenas empresas de um mesmo subsetor industrial para o desenvolvimento de algumas regiões da Inglaterra. O conceito tem como seus dois principais pilares os estudos das cadeias ou sistemas agroindustriais ligados à agricultura familiar e a abordagem dos SPLs. Sautier (2002) destaca a importância das interações entre cadeias agroindustriais e territórios, afirmando que as lógicas das cadeias agroindustriais e as lógicas territoriais são inseparáveis.

Segundo Schneider (1999), há um conjunto de relações sociais de trabalho e produção, através das quais se dá a articulação da agricultura familiar com uma determinada indústria e integra um complexo sistema de relações multidimensionais. Essas relações possuem uma historicidade e uma especificidade que diferenciam esses SPLs, tanto em relação ao exterior como entre eles, .

Os *Distritos Rurais* como Estruturas Representativas dos SPLs Rurais

Os investigadores que estudam o rural europeu concordam que o mesmo é complexo, dinâmico e diferenciado e, além disso, aparece hoje como um sistema regionalizado de redes rurais: uma série de territórios em rede, fragmentados e diversificados e cada um com suas próprias especificidades (BERTI, 2005). A mudança de foco das estruturas nacionais para as redes heterogêneas foi seguida pela “territorialização” do espaço rural. Como consequência, alguns economistas agrícolas italianos começaram a transferir a base conceitual do “distrito industrial marshalliano” para a formação dos conceitos de “distrito agrícola”, “distrito agroindustrial” e “distrito rural”. Os dois primeiros termos surgiram na década de 1990, na literatura econômica agrícola italiana (CECCHI, 2001; BELLETTI et al, 2006), como uma adaptação do conceito de “distrito industrial” criado por Becattini (1994). A noção de “distrito rural” foi introduzida mais recentemente na literatura sobre desenvolvimento territorial, quando foram desenvolvidas diferentes formas de análise para superar os limites dos conceitos de “distrito agroindustrial” e “distrito agrícola” e para explicar a relevância dos sistemas econômicos territoriais dentro do sistema agroindustrial italiano (BRUNORI; ROSSI, 2007). As

duas principais razões que contribuíram para isso foram: a necessidade de uma nova estrutura conceitual capaz de interpretar a nova economia e a nova sociedade rural emergente do processo de reestruturação que afetou o rural desde a década de 1970; e, mais por uma razão normativa, a necessidade de novos conceitos e um novo modelo de desenvolvimento rural, coerente com as transformações ocorridas nas áreas rurais.

Os conceitos de “distrito agrícola” e “distrito agroindustrial” foram formulados pelos economistas agrícolas italianos para descrever os modelos organizacionais econômicos, típicos do sistema agroalimentar italiano, baseado em *clusters* de PMEs, especialmente concentrados (CECCHI, 2001; BERTI, 2005). Nos distritos agrícolas ou nos agroindustriais destacam-se os relacionamentos entre a produção agrícola, as empresas industriais e de serviços (fornecedores, processadores e distribuidores) e o ambiente sócioeconômico. Esta é a configuração teórica, muito semelhante aos conceitos e interpretações dos sistemas ou cadeias agroindustriais ou do Agronegócio. Essa abordagem interpretativa é formada por três fases, o “antes da porteira”, os fornecedores para a agropecuária (ou agricultura), o “dentro da porteira”, a produção agropecuária, e o “depois da porteira”, as empresas agroindustriais e as distribuidoras do produto.

Essa adaptação para “distrito agroindustrial” foi possível porque este guarda algumas características similares ao do “distrito industrial”, tais como, a concentração de PMEs e a estrutura organizacional muito parecida, a predominância da produção de um bem típico, a concentração das empresas e a especialização de cada uma delas, os relacionamentos interindustriais facilitam o funcionamento do mercado local e, por fim, os relacionamentos interpessoais que criam uma “atmosfera” favorável para as trocas de conhecimentos. Porém, há uma diferença fundamental entre “distrito agrícola” e “distrito agroindustrial”. O primeiro se forma a partir, apenas, do segmento da agropecuária (agricultura) e do segmento fornecedor de insumos, crédito, máquinas e equipamentos para esta. O “distrito agroindustrial” se forma a partir destas duas, mas também se inclui os segmentos que vêm “depois da porteira”, o segmento que realiza o processamento do produto agrícola, a agroindústria e indústria de alimentos, e o segmento que faz a distribuição desse produto, o atacado e o varejo.

Para Cecchi (2001), o “distrito agrícola” é o interior territorial dos clusters em que a agricultura é a força que impulsiona as outras atividades do distrito, que só existem por causa da produção agrícola local. Enquanto as características principais do “distrito agrícola” são similares às do “distrito agroindustrial” com relação ao realce da sua produção agrícola e da sua dependência em relação à indústria processadora. A principal diferença do segundo em relação ao primeiro está no fato de que nos “distritos agroindustriais” a indústria processadora sempre está presente e com um alto percentual de processamento de produtos agrícolas vindos de fora do distrito. A sensibilidade aos problemas do território, a sustentabilidade de um modelo do desenvolvimento baseado em aglomeração de

PMEs, o “enraizamento” das empresas na sociedade local e valor dessas raízes sociais para o modelo organizacional da produção estão na interface da economia territorial com a economia agrícola.

O conceito de distrito rural tem uma história muito curta e não tem uma derivação facilmente identificável com o conceito de distrito industrial, mas apresenta um grande potencial para ser utilizado como ferramenta para políticas de desenvolvimento dos territórios rurais, por apresentar um caráter mais normativo do que analítico. O conceito de distrito rural é derivado de análises do processo de desenvolvimento que transformou a estrutura sócioeconômica do interior. As principais características desse processo de reestruturação são imigrações urbano-rurais, descentralização industrial, declínio da importância agrícola em termos econômicos e de ocupação, a “multifuncionalidade” da agricultura, a crescente importância do setor de serviços na geração de empregos e as mudanças nos modelos de consumo (BERTI, 2005).

DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS DA REGIÃO VALE DO RIO PARDO (RVP)

Em torno do debate brasileiro sobre o desenvolvimento rural, identifica-se atualmente uma mudança de visão nas novas abordagens utilizadas para o estudo do papel do “rural” no desenvolvimento regional do país (WANDERLEY, 2001). Uma nova perspectiva de estudo vem substituindo a visão tradicional, que se apoiava na dicotomia rural-urbana e confundia rural com agrícola, por uma visão sobre o mundo rural que se apóia na possibilidade de o “território rural” incluir também as pequenas cidades do “interior” e oferecer novas alternativas de emprego e renda e diversas outras formas de melhoria na qualidade de vida da sua população. Isto é de grande relevância para o estudo da região VRP, uma vez que quase 70% dos municípios da região têm menos de dez mil habitantes e, além disso, a grande maioria desses municípios tem mais de 80% de sua população total morando nas áreas rurais, mesmo adotando o critério do IBGE para classificar população urbana e rural.

Já no final do século XIX, o Rio Grande do Sul tinha seu desenvolvimento sócio-econômico baseado na agropecuária, uma atividade ligada à pecuária (couro e charque) na região da Campanha (*metade sul*) e a agricultura colonial na Serra (*metade norte*), produzindo bens de baixo valor agregado em um mercado altamente competitivo com uma acumulação de capital relativamente baixa quando comparada com as atividades agroexportadoras brasileiras. Nessa época, o destino final dos excedentes dessa produção era o mercado interno brasileiro de alimentos. O estado estava integrado na divisão interna do trabalho no Brasil como estado periférico, produzindo alimentos e matérias-primas, enquanto as atividades principais eram a mineração, no século XVIII, e a agroexportadora cafeeira, a partir do início do século XIX. No entanto, a agricultura colonial já se tornava o principal

setor econômico riograndense daquela época, com maior potencial de capitalização do que a pecuária, levando ao surgimento de atividades comerciais e industriais. Até o final do século XIX, a economia do Rio Grande do Sul ainda estava inserida na divisão regional do trabalho da economia brasileira, abastecendo o mercado interno com o charque, produtos agrícolas coloniais e o couro, mercado limitado pela baixa expansão da demanda interna brasileira por bens primários (HEIDRICH, 2000).

O desenvolvimento econômico da região VRP, depois de 1850, passou por três fases históricas que podem ser destacados como mais significativas. A primeira foi a partir de 1917, quando teve início a produção de tabaco com secagem em estufas, substituindo o tabaco de galpão e iniciando uma fase de estruturação industrial para o beneficiamento e exportação do produto, quando foram criadas diversas indústrias com capital nacional e regional. A segunda fase foi na década de 1950, quando o mercado de banha de porco, um produto agropecuário quase tão importante para a região como o tabaco, perdeu a sua importância em função da substituição desse produto de origem animal pelo óleo de soja, quando também cresceu e se diversificou a produção agrícola na região (VOGT & SILVEIRA, 2001). A terceira, a partir da década de 1970, quando a globalização facilitou a expansão dos mercados para novas áreas, o tabaco foi um setor que rapidamente entrou para o circuito global de acumulação. Mas, atualmente, diante de algumas restrições ao consumo de cigarros em todo o mundo e aos riscos da dependência de apenas uma atividade econômica, diversos atores e instituições da região procuram diversificar a economia regional com atividades rentáveis e geradoras de empregos, que possam vir a serem complementares ou alternativas à produção agroindustrial de tabaco.

Como a regulação e a globalização ainda se apresentam com características marcadamente setoriais, deve ser destacada a importância do panorama específico dos mercados do arroz, carne bovina e tabaco. Os mercados do arroz e da carne bovina são considerados instituições determinantes importantes das dinâmicas de desenvolvimento do território que abriga o distrito "agropastoril", enquanto que, a evolução do mercado do tabaco pode ser considerada determinante da reprodução sócioeconômica e do futuro dos demais territórios e seus distritos.

Como consequência do declínio da importância da agricultura modernizada fordista, esta vai se tornando multifuncional e o território rural começa a ser caracterizado pela diferenciação produtiva e por um processo de integração territorial dos setores, com uma interrupção do fluxo migratório em direção aos centros urbanos (BASILE & CECCHI, 2001).

Os *SPLs Rurais* da Região Vale do Rio Pardo (VRP)

Nesta subsecção descrevem-se os *SPLs Rurais*, na forma de *Distritos Rurais*, encontrados na região VRP e identificados a partir de informações sobre os 22 municípios da região, utilizando-se o cálculo do Quociente Locacional - QL (CAMPOLINA; SANTOS; CROCCO, 2004). Estas informações refletem a evolução da composição e da caracterização dos mercados de trabalho da região, entre 1985 e 2005 (selecionados os dados de 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005 do CAGED-MTE). Além destas, para a determinação dos QLS, utilizou-se também o PIB, o valor agregado da produção rural por produto ou atividade, o valor agregado dos setores agropecuário, industrial e de serviços de cada município, assim como dados referentes à distribuição da população (total e rural) por município (IBGE).

Na preparação para a realização da tipologia dos *SPLs Rurais*, identificou-se um conjunto de variáveis e de fatores, predominantemente relacionados com as características dos mercados de trabalho locais e da produção agropecuária dos municípios (MORAES, 2008). Nessa seleção e determinação das variáveis classificatórias dos municípios e dos fatores resultantes das combinações destas variáveis, foi utilizada a Análise Fatorial de Correspondência – AFC (FENELON, 1981). Em seguida, para a identificação e caracterização dos Sistemas Produtivos Localizados (SPLs), na finalização da tipologia, o método empregado foi o da Classificação Ascendente Hierárquica (CAH), que produz seqüências de partições em classes (JAMBU, s.d.).

Os vinte e dois municípios da região VRP foram a base para os quatro grupos territoriais e os seus respectivos SPLs predominantes. Os resultados da tipologia apresentaram diferenciações bastante significativas entre os distritos ou SPLs. Com essa tipologia foi possível identificar os territórios da região e as suas formas de reprodução através dos seus SPLs Rurais, representados e caracterizados na forma de *Distritos Rurais* (CECCHI, 2001). Embora atualmente existam dentro da região alguns potenciais sistemas agroalimentares localizados (SIALs), estes não podem ser descritos como tal porque ainda não possuem todas as propriedades essenciais que dão a forma ou que fundamentam os conceitos de SIALs.

As características da economia dos distritos, das origens das rendas ou o valor adicionado em cada setor, contribuíram fortemente para a denominação dos distritos, uma vez que os percentuais de cada setor na formação do PIB dos distritos indicam as suas principais características. Por exemplo, o distrito “Agroindustrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul” tem mais da metade de sua renda gerada no setor industrial, principalmente no agroindustrial. Mas, verificou-se, também, que os setores que mais empregam na região são, em ordem decrescente, os serviços privados, as prefeituras e o agroindustrial.

A seguir, apresentam-se os quatro *SPLs Rurais* típicos da região VRP, descritos na forma de *Distritos Rurais* e denominados por: “Agropastoril dos

Campos do Sul”, “Agrícola do Planalto das Araucárias”, “Agroindustrial de Venâncio Aires” e “Agroindustrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul”.

Distrito Agropastoril dos Campos do Sul

Historicamente, uma das principais características do território que abriga este distrito é a pecuária extensiva de bovinos de corte, principal atrativo na origem da ocupação dessa região, e a criação de ovelhas. Mais de 61% do rebanho bovino e mais de 93% dos ovinos da região VRP estão nos campos desse território (Tab. 1), destacando-se, ao lado do arroz e do tabaco, como uma das principais fontes de renda regional. A formação das primeiras invernadas e estâncias de luso-brasileiros foram responsáveis pela introdução da pecuária na região. Essas propriedades ficavam próximas aos caminhos das tropas que saíam do território e seguiam em direção norte, pelo litoral, até São Paulo. A atividade pecuária cresceu junto com a progressiva e ampla distribuição de sesmarias e a formação das invernadas e estâncias.

Tabela 1 - Rebanho de bovinos e ovinos – percentual do rebanho

Rebanho	Distritos				VRP -efetivo total nº de cabeças
	<i>Agropastoril</i> em %	<i>Agrícola</i> em %	<i>Agroindustrial</i> em %	<i>Agroindustrial e de Serviços</i> – em %	
Bovinos	61,5	24,4	7,3	6,8	659.812
Ovinos	93,5	5,0	0,8	0,7	173.197

Fonte: IBGE (2005)

Este é um território de ocupação antiga, com três dos seus quatro municípios sendo emancipados desde o século XIX - Rio Pardo e Encruzilhada do Sul, respectivamente, estão completando 200 e 160 anos de emancipação. Esses municípios estão localizados em áreas onde havia, inicialmente, ocupação militar e disputa entre Portugal e Espanha pelo território. Essas aglomerações se formaram a partir das estâncias em torno de fortalezas ou postos avançados de defesa militar e originadas das sesmarias recebidas por militares da coroa portuguesa e das propriedades de açorianos e luso-brasileiros vindos de Laguna e São Paulo (HEIDRICH, 2000).

Na produção agrícola, além da mandioca, cultura muito difundida e com uma abundante produção em toda a região VRP, são importantes as produções de melancia e de grãos, com destaque para a produção de arroz nas margens do rio Jacuí. Em termos econômicos, a produção de 18 mil toneladas (10% da produção da região) de tabaco é a principal fonte de renda agrícola do território (35% do total), com valores próximos da renda gerada, individualmente, pela produção de arroz ou pela pecuária (IBGE, 2007). No entanto, essa produção de tabaco está

concentrada em colônias de imigrantes alemães no município de Rio Pardo, próximo de onde estão instaladas as grandes indústrias processadoras de tabaco em Santa Cruz do Sul. Mas, a produção agrícola de tabaco neste distrito apresenta uma concentração muito baixa (QL=0,5), comparada às outras atividades agrícolas da região. Por outro lado, independente da quantidade produzida, verifica-se que neste distrito há uma grande concentração, em relação ao restante da região, das produções de melancia, arroz, trigo e soja (Tab. 2).

Tabela 2 - Produção física e valor da produção agrícola - *Distrito Agropastoril*

Produto	<i>Distrito Agropastoril dos Campos do Sul</i>			VRP
	Produção física	Valor da produção	Concentração da produção	Valor da produção
	em %	em %	QL	(em R\$ 1.000)
Tabaco	5,2	25,8	0,5	819.617
Arroz (em casca)	30,6	20,4	2,6	114.427
Soja (em grão)	13,9	11,7	2,4	75.937
Mandioca	11,1	7,4	1,2	85.299
Melancia	27,6	4,9	4,1	17.027
Trigo (em grão)	3,4	1,5	2,6	8.383
Outras	8,2	28,2	-	892.876
Total	100,0	100,0	-	2.013.566

Fonte: IBGE (2007)

Em relação à silvicultura, as restrições do governo estadual no Rio Grande do Sul ao estudo de zoneamento ambiental feito pela Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente (Fepam) e a instalação de empresas produtoras de celulose e papel no estado têm sido alvo de críticas por ambientalistas, pesquisadores e políticos. Isto gerou um debate sobre os seus reflexos sobre o meio ambiente na metade sul do estado, dentro do qual se insere o "distrito agropastoril". As empresas Aracruz, Votorantin e Stora Enso pretendem instalar fábricas de celulose no Rio Grande do Sul utilizando o eucalipto como matéria prima. Segundo os dados dos projetos, relatados pelos técnicos das empresas, para abastecer essas plantas industriais será necessário o plantio de um milhão de hectares com essa espécie no centro-sul do estado. Uma parte significativa dessa área estará dentro do território formado pelos municípios localizados neste distrito agropastoril. O eucalipto vem sendo plantado nas áreas de campo da região desde 2006, utilizando-se licenças "provisórias" e flexibilizadas para contornar as limitações para o plantio florestal do zoneamento ambiental elaborado pela Fepam, que restringem as áreas de plantio para que este não cause prejuízos aos rios, florestas nativas, fauna e ambientes turísticos desse território. É preciso ressaltar que essa diversificação é resultante de incentivos para que algumas

grandes empresas se instalem no território, mas, apenas para a produção agrícola, ficando o processamento agroindustrial para ser realizado fora da região.

Em função dessas características do território quase a metade dos empregos formais dentro do setor agroindustrial em 2007 foi gerado dentro do segmento de *produção agropecuária*, principalmente nos subsetores "silvicultura", "pecuária" e integração "lavoura-pecuária" (mista), que geraram, respectivamente, 98%, 72% e 88% dos empregos da região VRP nesses subsetores (Tab. 3).

As relações capitalistas vêm mudando com essas novas atividades, como conseqüências da reestruturação do capital e da instalação na região de empresas que antes atuavam em outras regiões. Observa-se que essas relações, que até recentemente eram dominadas pelos grandes proprietários rurais pecuaristas e alguns arroteiros, arrendatários ou proprietários, se ampliaram e agora parcela do poder de decisão passa a ser compartilhada com algumas grandes empresas do setor agroindustrial, particularmente, dos subsetores vinho, papel e celulose, madeireiro e de frutas, vindos de outras regiões e que se tornam novos proprietários de terra. Além destas, também há novos arrendatários agrícolas do subsetor produtor de grãos, que passam a fazer contratações de trabalhadores agrícolas assalariados, ampliando o mercado de trabalho agrícola formal nessa região, e provocando uma elevação dos preços da terra e do arrendamento.

Tabela 3 – Empregos formais no setor agroindustrial do *Distrito Agropastoril*

Segmentos e subsetores	<i>Distrito Agropastoril dos Campos do Sul</i>			VRP
	Participação	Concentração	Participação	Empregos
	no Distrito		no VRP	formais
	% / distrito	QL	% / região	Nº efetivo
FORNECEDORES				
Serviços à agropecuária	6,0	2,1	27,5	673
Atacado insumos p/ agropec.	3,2	1,6	21,0	460
Pedras e calcário	7,0		75,1	285
PRODUÇÃO AGROPEC.				
Silvicultura e florestal	21,2	7,4	98,0	662
Lavouras temporárias	3,1	2,1	28,0	339
Pecuária	7,4	5,4	72,0	316
Mista (lavoura+pecuária)	9,0	6,6	88,0	313
Lavouras permanentes	2,2	6,0	86,0	78
AGROINDÚSTRIA				
Abate e ind. derivados carne	8,9	2,0	26,4	698
Desdobramento de madeira	7,2	4,2	55,6	489
Fabr. derivados madeira, trançados	6,2	3,8	49,0	439
Fabricação outros alimentos	5,0	2,0	26,8	706
Fabricação de farinha e ração	7,7	4,5	60,0	255
Outros	16,5	-	-	1.587
Total	100,0	-	23,7	12.922

Fonte dos dados: MTE-CAGED (2007)

O Distrito Agropastoril tem uma estrutura e uma dinâmica muito semelhante e representativa dos sistemas produtivos dos territórios rurais que fazem parte da região conhecida como *Metade Sul* do Rio Grande do Sul e que se estende por toda a região da *Campanha* do Rio Grande do Sul. São distritos que se caracterizam por uma densidade demográfica muito baixa, por estabelecimentos rurais com grandes extensões de terra e com a sua economia baseada, historicamente, na criação extensiva de bovinos de corte e ovelhas.

Distrito Agrícola do Planalto das Araucárias

O território rural que dá sustentação a este distrito é formado por 15 municípios localizados predominantemente na região geográfica denominada de Planalto das Araucárias e tem mais de 80% de seus municípios com menos de 20 anos de emancipação política. Grande parte da sua estrutura é formada por áreas essencialmente rurais e agrícolas, que antes pertenciam aos municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Neste distrito está mais da metade de toda a população rural da região VRP (54,3%) e quase dois terços da sua população vive em áreas rurais (61,5%). Esta característica explica, em parte, a grande produção agrícola desse distrito, principalmente de tabaco, apesar de não ter nenhuma indústria de beneficiamento do produto em seus municípios. Embora sendo o grande produtor agrícola da região (tabaco, milho, feijão, batata e soja), os empregos formais na produção agropecuária são quase inexistentes neste distrito (Tab. 5). Isto se explica pelo grande contingente de agricultores familiares, pois, há mais de 25 mil famílias rurais - e uma população rural de 81,5 mil pessoas - trabalhando quase que exclusivamente na agricultura, em estabelecimentos rurais com uma área média de 19 hectares.

Tabela 4 – Produção agrícola do *Distrito Agrícola*
Distrito Agrícola do Planalto das Araucárias

Produtos	<i>Distrito Agrícola do Planalto das Araucárias</i>			<i>VRP</i>
	Produção física em %	Valor da produção em %	Concentração da produção QL	Valor da produção R\$ 1.000
Tabaco (folha)	27,3	77,2	1,2	819.617
Soja (grão)	13,5	6,1	1,0	75.937
Milho (grão)	13,6	2,8	0,9	37.336
Feijão (grão)	2,5	1,8	1,7	13.527
Batata-doce	2,7	0,7	1,3	6.489
Batata-inglesa	1,6	0,5	1,6	4.191
Outros	38,7	10,7	--	217.267
TOTAL	100,0	100,0	--	1.176.922

Fonte: IBGE (2005)

Tabulação do autor

O que se destaca neste distrito, e o que deu origem à sua denominação neste estudo, é a sua característica de grande produtor agrícola da região, pois quase 45% de toda a produção agrícola da região VRP e em torno de 60% da produção total de tabaco têm origem nos municípios desse grupo. O distrito é responsável também por 47% da produção de milho e mais de 80% da produção total de batata e feijão da região VRP (Tabela 4).

Pode-se afirmar que, neste distrito, praticamente não há indústrias e empregos no setor industrial, não tendo nenhuma atividade industrial tradicional, nem mesmo de beneficiamento do tabaco. A única exceção é a presença de um "polo" calçadista no município de Candelária, em torno de uma dezena de empresas industriais do setor de calçados e fabricação de artigos de couro, facilitada pela política de expansão das empresas do setor, através dos chamados "ateliers", que são responsáveis pela metade dos empregos formais nesse subsetor na região VRP, que corresponde a mais de 75% do total dos empregos gerados pelo setor industrial do distrito.

Tabela 5 – Empregos formais no setor agroindustrial do *Distrito Agrícola*

Segmentos e subsetores	<i>Distrito Agrícola do Planalto das Araucárias</i>			VRP nº efetivo
	Empregos no distrito	Concentração	Empregos na região VRP	
	% / distrito	QL	% / VRP	
FORNECEDORES				
Serviços p/ a agropecuária	9,2	1,0	16,0	673
Atacado insumos p/ agropec.	24,2	3,7	62,0	460
Ind. máq. e equip. p/ agropec.	3,0	1,9	33,0	107
PRODUÇÃO AGROPEC.				
Pecuária	4,1	0,9	15,0	316
AGROINDÚSTRIA				
Laticínios	1,4	1,7	28,0	57
Fabric. derivados de madeira	7,0	1,1	19,0	439
Fabricação de farinha e ração	5,3	1,4	24,0	255
Fabricação de conservas frutas e legumes	0,9	2,5	44,0	25
DISTRIBUIÇÃO				
Varejo				
alimentos/bebida/fumo	10,7	1,1	18,0	686
Outros	34,3	-	-	9.907
Total	100,0	-	9,1	12.922

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007)

Atualmente, a Afubra, a instituição que representa os produtores familiares de tabaco, em parceria com a Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), vem procurando alternativas para diversificar a produção e as rendas agrícolas, através

da utilização de outras espécies vegetais produtoras de biocombustíveis e de alimentos. Com isso, os dirigentes da Afubra espera estar contribuindo para o desenvolvimento rural e a sustentabilidade das famílias e da propriedade rural (AFUBRA, 2007).

Distrito Agroindustrial de Venâncio Aires

Este distrito tem a menor área total (6% do total da região VRP), compreensível já que o mesmo está restrito a somente um município e a área média dos 5.400 estabelecimentos rurais é de apenas 11 hectares. A sua elevada densidade demográfica rural (33 hab./km²) está relacionada com o fato contrastante com o *Distrito Agropastoril*, uma vez que as populações rurais dos dois distritos são semelhantes, mas a área desse último é dez vezes maior. A presença da agricultura familiar se constata também através dos dados levantados pelo IBGE, no censo agropecuário de 1995, no qual se verifica que o distrito apresenta a maior média de pessoas por domicílio rural (3,7) e tem 14,8 mil familiares rurais sem remuneração direta ou vínculo empregatício.

Alguns subsetores industriais se destacam em Venâncio Aires, com altos índices de concentração (QL), talvez iniciando a formação de um SPL voltado para alguns desses subsetores, com grande número de empregos gerados, embora com um número de empresas ainda relativamente pequeno para que possa ser caracterizado como um distrito ou SPL especializado ou diversificado. Os subsetores industriais que vêm se destacando são: vestuário, talvez o mais próximo de futuramente se tornar um SPL especializado porque já conta com 29 empresas que geram mais de 500 empregos formais; calçados, com quase mil empregados, mas em apenas 10 empresas; e eletrodomésticos, que apesar de um grande gerador de empregos, ainda está concentrado em um reduzido número de empresas (Tab. 6). Os subsetores industriais produtores de "artigos do mobiliário", "máquinas e equipamentos" e de "plásticos" apresentam um elevado grau de concentração (QLs entre 1,8 e 3,8), mas geram uma quantidade ainda relativamente pequena de empregos formais e restritos a poucas empresas no município-distrito.

Embora este distrito também apresente um setor agroindustrial baseado no beneficiamento do tabaco, o seu PIB industrial não chega a um terço do PIB industrial do *Distrito Agroindustrial e de Serviços* centralizado em Santa Cruz do Sul. Em média, é cinco vezes maior que o PIB industrial dos distritos *Agrícola* e *Agropastoril* e quatro vezes mais concentrado do que o da região VRP. Este distrito tem o subsetor "beneficiamento do tabaco" como grande empregador, com quase 45% de todos os empregos gerados pelo setor agroindustrial no município (Tab. 7), o que justifica o seu próprio nome. Porém, entre os subsetores agroindustriais tem algum destaque ainda, mais pelo seu grau de concentração (QL) do que pelo número de empregos ou de empresas, o subsetor "atacadista de alimentos"

(QL=2,3), dentro do segmento de distribuição (setor agroindustrial), e o subsetor de “indústria de máquinas e equipamentos para a agropecuária” (QL=2,9), dentro do segmento fornecedor de insumos, serviços e máquinas para a agropecuária.

Tabela 6 – Empregos formais no setor industrial no *Distrito Agroindustrial*

Subsetores	<i>Distrito Agroindustrial de Venâncio Aires</i>			VRP
	Emprego dos subsetores no Distrito	Concentração	Participação no total do VRP	Nºefetivo
	% / distrito	QL	% / VRP	
Fabricação de calçados	30,8	2,0	35,0	2.828
Fabric. eletrodomésticos	24,5	5,7	100,0	791
Fabricação de vestuário	15,6	2,6	45,5	1.106
Fabric. produtos plástico	8,1	1,8	30,8	847
Fabricação máquinas/equipamentos	7,0	3,8	67,5	332
Fabr. artigos do mobiliário	5,1	2,4	41,5	393
Outros	9,0	-	4,6	6.297
Total	100,0	-	40,0	8.055

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007)

Tabulação do autor

Dentro do segmento de produção agrícola não há nenhum subsetor com destaque na região, em termos de empregos formais, porque praticamente todo o tabaco, mandioca, milho, cana-de-açúcar e erva-mate do município são produzidos por 25 mil agricultores familiares, em unidades rurais de trabalho e produção com aproximadamente 11 hectares.

Tabela 7-Empregos formais no setor agroindustrial do *Distrito Agroindustrial*

Segmentos e subsetores	<i>Distrito Agroindustrial de Venâncio Aires</i>			VRP
	Empregos dos subsetores no Distrito	Concentração	Participação no VRP	nº efetivo
	% / distrito	QL	% / VRP	
FORNECEDORES				
Ind. máq/equip. p/ agropec.	2,6	2,9	51,0	673
AGROINDÚSTRIA				
Beneficiamento do tabaco	44,4	1,0	18,0	5.151
Laticínios	0,6	1,3	23,0	42
Abate/ind. derivados carne	6,7	1,1	20,1	698
Desdobramento madeira	5,1	1,2	22,0	489

Fabric.de outros alimentos	8,6	1,5	25,5	706
DISTRIBUIÇÃO				
Atacadista de Alimentos	17,4	2,3	40,2	901
Outros	14,5	-	-	
Total de empregos agroindustriais	100,0	-	16,1	12.922

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007)

Por essa razão, compreende-se a completa ausência de empregos formais no subsetor “produção agropecuária” (Tab. 7), num distrito com uma grande produção de mandioca e cana-de-açúcar, culturas que praticamente não têm as suas produções comercializadas (não são mercantis), mas, juntamente com uma parte da produção de milho, são utilizadas para consumo interno nas propriedades familiares, principalmente para alimentação animal.

Em relação aos indicadores de desenvolvimento desse distrito, com base no IDESE (índice de desenvolvimento sócio-econômico) e no ISMA (índice social municipal ampliado), da Fundação de Economia e Estatística (FEE), assim como em relação à taxa de analfabetismo, é possível afirmar que o distrito atingiu um patamar de desenvolvimento semelhante ao do Distrito “Agroindustrial e de Serviços” (descrito a seguir) e superior ao dos distritos “Agrícola” e “Agropastoril” (descritos acima). Os valores dos índices IDESE e ISMA são, respectivamente, de 0,70 e de 0,56 e uma taxa de analfabetismo de 5,8%, equivalente a aproximadamente a metade das taxas dos distritos “Agrícola” e “Agropastoril”.

Distrito Agroindustrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul

Este distrito, ancorado predominantemente na cidade de Santa Cruz do Sul, mas se estendendo até o município de Vera Cruz, é responsável por 52% de toda a renda (PIB) da região VRP e aproximadamente 70% da produção (valor adicionado) industrial da região tem origem neste distrito. Esta é uma das principais razões para que se tenha um PIB *per capita* de quase R\$ 17 mil. Isto contribui para caracterizar o distrito como o centro econômico e o grande gerador de empregos na região VRP.

Este distrito é determinado por uma dinâmica urbana fortemente apoiada no mercado de trabalho gerado pelas atividades ligadas ao setor de serviços. Bastante diversificado, com quase 60% dos empregos do distrito sendo gerados no setor de serviços, predominantemente nas atividades de comércio varejista – “não-especializado” (hipermercados, supermercados e “mercadinhos”) e de “outros produtos” (principalmente material elétrico e de construção e em farmácias).

Em função do crescimento do setor agroindustrial vinculado ao tabaco e como resultado da migração recente e da concentração populacional, o setor de

serviços aparece como um grande gerador de empregos formais. Além do comércio varejista, diversos subsetores relacionados ao crescimento urbano e à concentração populacional, tais como “transporte terrestres”, “restaurantes”, “atenção à saúde”, “vigilância e segurança”, assim como a UNISC, são os principais responsáveis pela geração de empregos formais no setor de serviços neste distrito (Tab. 8).

Tabela 8 - Empregos formais no setor de serviços no *Distrito Agroindustrial e de Serviços*

<i>Distrito Agroindustrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul</i>				
Subsetores	Participação	Concentração	Participação	VRP
	no distrito		no VRP	
	% / distrito	QL	% / VRP	Nºefetivo
Adm. do Estado e Políticas	16,5	0,7	34,6	8.641
Varejo de Outros Produtos	11,5	0,9	49,0	4.276
Varejo Não-Especializado	8,2	0,9	46,3	3.213
Transportes Terrestres	7,6	1,3	67,5	2.054
Ensino Superior	6,8	1,9	99,4	1.243
Restaurantes	5,9	1,3	69,8	1.545
Atenção à Saúde	5,9	1,0	52,3	2.035
Vigilância e Segurança	4,6	1,9	98,1	858
Varejo de Tecidos	4,3	0,9	49,1	1.586
Imunização/hig. de prédios	3,1	1,9	99,1	570
Outras Ativid. Associativas	3,0	1,0	54,5	997
Serviços às empresas	2,8	1,7	88,1	582
Limpeza urbana e esgoto	2,0	1,9	99,7	369
Assessoria empresarial	1,7	1,1	57,6	536
Comércio peças p/ veículos	1,5	1,0	53,2	521
Edição e impressão	1,5	1,4	75,5	355
Outros	13,1	-	-	2.465
TOTAL	100,0	-	54,5	31.846
TOTAL (s/ Adm. do Estado)	83,5	-	61,5	23.205

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007)

Embora o Estado (municipal, estadual e federal) e os subsetores de varejo sejam os grandes empregadores no distrito e mesmo que em relação ao varejo exista uma grande quantidade de pequenas empresas, não se pode caracterizar o distrito como especializado (ou diversificado) em alguns desses subsetores, porque o seu grau de concentração ou quociente locacional (QL) em relação à região é baixo (Tab. 8). Isto indica que, proporcionalmente, o mesmo acontece em todos os

municípios da região VRP, ou seja, mesmo que represente uma grande quantidade de empregos, em termos absolutos, neste distrito, o varejo aparece com um grande percentual de empregos também nos outros distritos. Por outro lado, há alguns subsetores do setor de serviços que possuem um significativo grau de concentração (QL acima de 1,0), como “transportes terrestres”, “ensino superior” (Unisc), “restaurantes”, “vigilância e segurança”, “imunização e higienização de prédios”, “serviços às empresas”, “limpeza urbana e esgotos” e “edição e impressão”.

O principal subsetor industrial, em termos de empregos formais, é o da construção civil, onde está quase 80% de todos os empregos formais nesse subsetor na região VRP. Os outros subsetores que apresentam algum destaque, considerando os seus graus de concentração (QLs), são os de produtos plásticos, de borracha e de metal.

O setor industrial (não-agroindustrial) de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz é bastante diversificado, tem as suas características muito parecidas com as da região VRP, é responsável por quase a metade dos empregos industriais regionais e o seu PIB industrial (valor adicionado) é mais do que o dobro do PIB do setor de serviços do distrito. Mesmo assim, o número de empregos (formais) neste setor industrial é de aproximadamente um terço dos empregos gerados pelo setor de serviços.

Dentro do setor agroindustrial, o subsetor de “processamento de tabaco” é o grande gerador de empregos também neste distrito, com um QL de 1,5 e com mais de 4.100 empregos (80% dos empregos gerados por esse subsetor em toda a região VRP), o que corresponde a 62,6% dos 6.600 empregos (51,1% do total da região) gerados pelo setor agroindustrial dentro do distrito (Tab. 9). Este número de empregos gerados por esse subsetor (processamento de tabaco) é quase o número total de empregos em todo o “setor industrial não-agroindustrial”, sendo esse o principal motivo para o uso do termo “agroindustrial” na denominação de *Distrito Agroindustrial e de Serviços*, embora o setor de serviços, no geral, seja majoritário em relação à geração de empregos.

As produções de mandioca, arroz, milho, cana-de-açúcar e tabaco representam quase toda a produção agrícola do distrito, mas a renda gerada pelo tabaco é quase nove vezes maior do que a de produção de mandioca. De uma produção total de pouco mais de R\$182 milhões de produção agrícola do distrito, mais de R\$142 milhões (78%) são gerados pela produção de tabaco.

Isso se explica, em grande parte, pela natureza não-mercantil da produção de mandioca e cana-de-açúcar e de parte da produção de milho, que são utilizadas para alimentação animal dentro das unidades agrícolas, da mesma forma que isto também é válido para o distrito Agroindustrial de Venâncio Aires. A diferença é que Santa Cruz do Sul e Vera Cruz têm quase o dobro (13 mil famílias) do número de famílias rurais de Venâncio Aires, apesar de terem uma população rural do mesmo tamanho.

Tabela 9 – Empregos formais no setor agroindustrial do *Distrito Agroindustrial e de Serviços*

<i>Distrito Agroindustrial e de Serviços de Santa Cruz do Sul</i>				
Segmentos e subsetores	Participação no distrito	Concentração	Participação na região	VRP
	% / distrito	QL	% / VRP	nº efetivo
FORNECEDORES				
Serviços à agropecuária	5,7	1,1	55,7	673
Atac.máq./equip. p/ agropec.	0,5	1,5	80,0	44
PRODUÇÃO AGROPEC.				
Horticultura e viveiros	0,6	1,5	81	52
Lavouras temporárias	2,9	1,1	56,0	339
AGROINDÚSTRIA				
Processamento de tabaco	62,6	1,5	80,3	5.151
Abate e ind. derivados carne	4,9	0,9	46,0	698
Curtimento de couro	0,6	1,9	98,0	42
Fabricação de bebidas	1,9	1,8	95,0	133
DISTRIBUIÇÃO				
Varejo				
alimentos/bebida/fumo	5,3	1,0	51,0	686
Outros	11,0	-	-	-
Total do Setor Agroindustrial	100,0	-	51,1	12.922

Fonte dos dados: CAGED-MTE (2007)

Tabulação do autor

Para concluir esta seção, é possível afirmar que as variáveis utilizadas na tipologia, relacionadas com os mercados formais de trabalho locais (agrícolas, não-agrícolas, rurais e urbanos) e com a produção agropecuária, deram uma boa resposta para a determinação e caracterização dos diferentes sistemas produtivos (grupos) existentes dentro da região VRP. As informações relacionadas com os mercados de trabalho formais nos municípios foram representativas da qualidade e da mensuração das relações, da interface entre os mercados e as sociedades locais e das articulações dos territórios com os seus SPLs Rurais. As variáveis relacionadas com a produção agropecuária dos municípios refletiram as relações do mundo rural com o mercado e de grande parte das relações entre a sociedade, a natureza e o poder econômico dos territórios. O Quociente Locacional (QL) como medida da especialização dos territórios mostrou-se um adequado método para identificar as principais estruturas econômicas e algumas potencialidades da região, básicos na tipologia dos SPLs Rurais, embora estes se apresentem bastante diversificados e, por isso, sendo mais adequado falar de uma "especialização" em uma "cesta"

de atividades ou subsetores. O “QL rural”, que utiliza a produção agropecuária no lugar de empregos formais, pareceu ser uma forma capaz de indicar as principais potencialidades sócioeconômicas e agrícolas dos territórios rurais.

Por fim, os quatro territórios encontrados na região VRP podem ser representados pelos seus *SPLs Rurais*, na forma de *Distritos Rurais*, porque estes refletem as dinâmicas sócioeconômicas e históricas de desenvolvimento dos territórios rurais. Dito de outra forma, esses *SPLs Rurais* podem representar, ao mesmo tempo, os mecanismos de mediação entre os mercados agrícolas globais (no caso do tabaco e da soja) e/ou nacionais (no caso do arroz, milho e carne bovina) e, também, uma agenda de propostas e alternativas de desenvolvimento “endógeno” para a região, elaboradas pelos atores locais. Como exemplo disso, além de diversas propostas mais abrangentes nas áreas ambiental, educacional e de saúde, podem ser citadas também as seguintes proposições mais pontuais: implantação de um pólo madeireiro; estímulo à agroecologia, ao uso de energias alternativas e ao agroturismo; melhorias na educação rural; criação de um centro de certificação de produtos; e o fortalecimento e a consolidação dos conselhos municipais. Dessa forma, então, as dinâmicas sócioeconômicas de desenvolvimento dos territórios, resultantes dessas mediações, poderiam ser uma combinação das potencialidades locais dos territórios com as oportunidades externas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado do trabalho de busca de informações, relacionadas com os pressupostos teóricos, sobre os territórios rurais é possível afirmar que, nesse contexto, os *SPLs Rurais* emergem como uma representação das dinâmicas sócioeconômicas de desenvolvimento dos territórios rurais e como instrumentos de coordenação (regulação e governação) desses territórios. O que se verifica é uma variação do grau de aceitação das influências externas sobre essas dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais. Desde admitir uma interferência “negociada” da globalização e do processo de expansão do capitalismo nos processos locais (mercados agrícolas nacionais e internacionais sobre a produção local) até a tentativa de uma autonomia relativa em relação à escolha do tipo de desenvolvimento *endógeno*, aproveitando somente os recursos próprios do território.

Na região *Vale do Rio Pardo* (VRP), a diferenciação dos componentes territoriais é resultado das combinações locais e regionais específicas entre a organização dos sistemas produtivos locais (SPLs), da estruturação e acumulação das economias familiares e da reprodução das condições de vida e da força de trabalho. A agricultura familiar aparece com significativa influência sobre as condições de funcionamento dos mercados de trabalho e atua de forma complementar nos processos de ampliação e estruturação dos territórios da região.

Além de aumentar e sustentar, ao longo do tempo, os seus vínculos com a economia, ela pode ser determinante dos diferentes tipos de industrialização e de urbanização na região, pois o contingente da população familiar rural sem emprego formal é o dobro do conjunto da população urbana e rural, com emprego formal em toda a região. Acredita-se que essa parcela possa ser maior ainda, porque a proporção é baseada nos levantamentos do IBGE, que considera como rural apenas a população residente no que se poderia chamar de "interior do interior". Ou seja, toda a população residente nas sedes de distritos e municípios, independente do seu tamanho ou de onde estão localizados é considerada população urbana.

No entanto, por falta de flexibilidade e sustentabilidade das cadeias de produção, da ineficiência macroeconômica para garantir a acumulação capitalista ou por problemas institucionais e econômicos específicos, já foi "anunciada" uma crise regional. Entre estes últimos, podem ser citados problemas como a "convenção quadro", retirada de incentivos fiscais estaduais ou a redução das margens provocada pelo acirramento da competitividade, assim como a desestruturação do *sistema integrado* de produção de tabaco. Por essa razão já se verifica movimentos estratégicos no sentido de uma "saída" através da intensificação da flexibilização das relações de trabalho (nas grandes empresas e no crescimento de pequenas empresas com maior flexibilidade), na redução de novos investimentos no setor de beneficiamento do tabaco na região, na busca de novos setores de acumulação, além de fusões, compras e transferências de empresas para outros estados, visando a economias de escopo e/ou a redução de custos.

Mas, com relação aos rumos do desenvolvimento da região VRP e dos reflexos da reestruturação produtiva mundial sobre o desenvolvimento local, as idéias que despontam também são a da "globalização", por um lado, e algumas das diversas interpretações sobre o desenvolvimento territorial, por outro. Então, em função do resultado da investigação empírica é possível apontar para uma "saída" territorial para o desenvolvimento rural da região, porque esta pode representar uma articulação das perspectivas territoriais e institucionais do desenvolvimento. A razão para isso é que, nos territórios rurais, os efeitos do capitalismo global sobre as dinâmicas sócioeconômicas locais de desenvolvimento podem ser mediados por estruturas de regulação e governação, como os *SPLs Rurais*. Essas dinâmicas sócioeconômicas de desenvolvimento se diversificam e se tornam mais complexas à medida que aproveitam, em diferentes graus, as potencialidades locais dos territórios e as oportunidades externas. Sob o ponto de vista das políticas públicas para o desenvolvimento dos territórios rurais da região VRP devem ser incentivados a utilizar os seus potenciais e recursos locais, suas características ambientais, históricas e culturais, juntamente com as oportunidades externas.

Conforme foi visto, é possível afirmar que a abordagem territorial do desenvolvimento, devido a sua característica de "proximidade" geográfica e

institucional, justifica a ação pública “local” ou “localizada” e sugere uma coordenação feita por atores e instituições públicas e privadas. No caso da região VRP, assim como provavelmente também acontece em outras regiões administrativas do Rio Grande do Sul (Coredes), a tentativa de organizar essa coordenação tem ficado por conta das estruturas formais dos Coredes, mas estes têm suas ações públicas limitadas pelas restrições orçamentárias. Por essa razão, na realidade, verificam-se dinâmicas sócioeconômicas territoriais de desenvolvimento bastante diferenciadas nessas regiões administrativas, que tomam a forma de variados tipos de SPLs, a maioria desses muito diversificados internamente.

Com relação às dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais, espera-se que, com o aprofundamento da atual crise do capitalismo mundial, haverá uma redescoberta dos valores tradicionais atribuídos à organização social nos territórios rurais, que ainda apresentam um baixo nível de desenvolvimento sócio-econômico. A revalorização do local e do rural, o aumento da capacidade de organização e de pressão dos atores sociais locais, o crescimento da importância do papel do Estado e das políticas públicas poderão atuar positivamente no sentido de reforçar o desenvolvimento dos diversos tipos de territórios rurais.

The approach of the rural located productive systems (spl)s and the social and economic development dynamics of the rural territories of the Vale do Rio Pardo region

ABSTRACT

This paper is the result of a study of the social and economic dynamics of rural territories development. The main objective was to carry out an analysis of the new social and economic development dynamics of the administrative region Vale do Rio Pardo, using the theoretical, methodological and multidisciplinary approach of the Rural Located Productive Systems. The historical, institutional and cultural processes of formation of the rural territories of the region were identified as well as the main institutions and actors with local performance. The study was made by means of an empirical analysis of the development dynamics of the territories of the region Vale do Rio Pardo, through an elaboration of a typology of the Rural Located Productive Systems of the region. It was possible to identify four diversified and complex territories in the region and their reproduction represented and characterized in the form of rural districts. Finally, it is suggested that the theoretical assumptions of the regulation and productive reorganization and territorial perspective of the rural development as well as the approach of the Rural Located Productive Systems could be used as theoretical and methodological instruments in the study of the development dynamics of rural territories.

Keywords: Rural Located Productive Systems, rural territories, development dynamics, rural development.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento e Instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R.. Razões e Ficções do Desenvolvimento. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001.

AFUBRA (ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL). Benício Werner é o Novo Presidente da Afubra. Santa Cruz do Sul: informativo interno da Afubra, 14/07/2007. Disponível

em: <<http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=noticias¬icia>>. Acesso em: nov. 2007.

BAGNASCO, Arnaldo. La Función de las Ciudades en el Desarrollo Rural: la experiencia italiana. Revista Políticas Agrícolas, número especial. México: REDCAPA, 1998.

BASILE E. & CECCHI C. La trasformazione post-industriale della campagna. Dall'agricoltura ai sistemi locali rurali. Torino, Rosenberg & Sellier. 2001.

BECATTINI, Giacomo. O Distrito Marshalliano. In: BENKO, G. & LIPIETZ, A. (org.). As Regiões Ganadoras-Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Celta editores: 1994.

BECATTINI, G.; RULLANI, E.. Sistema Local e Mercado Global, Notas Económicas — Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 6, 6-21. 1995.

BECKER, Bertha. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BENKO, Georges. Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec-Annablume, 2002.

BENKO, G. & LIPIETZ, A.. O Novo Debate Regional. In: BENKO, G. & LIPIETZ, A. (org.). As Regiões Ganadoras-Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Celta editores: 1994.

BERTI Giaime. Il Distretto Rurale. Università Cattolica di Piacenza LEL, Quaderno n. 97, settembre 2005.

BONANNO, Alessandro. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI S. (Org.) Globalização, Trabalho, Meio Ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999, p. 47-94.

BOYER, Robert. As alternativas ao Fordismo. In: BENKO, G. & LIPIETZ, A. (org.). As Regiões Ganadoras-Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Celta editores: 1994.

_____. Secteurs, Régions et Modes de Régulation. In: ALLAIRE, G. e BOYER, R. (Ed.). La Grande Transformation de L'Agriculture. INRA e Económica, 1995.

- BRUNORI, G. & ROSSI, A.. Differentiating countryside: Social representations and governance patterns in rural areas with high social density: The case of Chianti, Italy. *Journal of Rural Studies* 23, 183–205. 2007.
- CAGED-MTE. Cadastro Geral de Emprego e Desemprego. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- CAMPOLINA D. C.; SANTOS, F. & CROCCO, M.. Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento Regional/Local (Relatório de Pesquisa). Belo Horizonte: FACE/CEDEPLAR-UFMG, fevereiro de 2004.
- CASSIOLATO, J.E., LASTRES, H.M.. O Enfoque em Sistemas Produtivos e Inovações Locais. In: *Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação*. Tania Fischer (Org.). Casa da Qualidade/PDGS. Salvador (BA): 2002.
- CECCHI, Claudio. Rural Development and Local Systems: The Case of the "Maremma Rural District". Tese de Doutorado. Department of City and Regional Planning. University of Wales. College of Cardiff. July 2001.
- CIRAD-SAR. Systèmes agro-alimentaires localisé: organisations, innovations et developpement local. Montpellier: CIRAD-SAR, 1996. (CIRAD-SAR, 134/96).
- CORREA, Carlos Andrés. Analyse Comparative de 9 Cas D'Agro-Industrie Rurale de L'Amérique Latine. Université de Versailles - Saint Quentin en Yvelines: setembro de 2004.
- COURLET, C. & PECQUEUR, B.. Os Sistemas Industriais Locais em França: um novo modelo de desenvolvimento. In: BENKO, G. & LIPIETZ, A. (Org.). *As Regiões Ganadoras-Distritos e Redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Lisboa: Celta editores: 1994.
- FENELON, Jean-Pierre. Qu'est-ce que l'Analyse des Données? Paris, Lefonen, 1981.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA-FEE. Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico do RS (IDESE) – 1991-2000. Porto Alegre: FEE, n. 58, 2000.
- _____. Índice Social Municipal Ampliado para o RS - 1991-98. Ano 10 Nº 12. Porto Alegre: dezembro de 2001.
- HEIDRICH, Álvaro L.. Além do latifúndio: Geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 2000.
- HODGSON, Geoffrey. *Economia e Instituições*, Oeiras, Celta. 1994
- _____. *The Evolution of Institutions: An Agenda for Future Theoretical Research*. Oeiras, Celta. 2002.
- JAMBU, M. Programme General de Construction de Classifications Ascendentes Hierarchiques (C.A.H.). Paris, Laboratoire de Statistique Mathematique, s.d.
- LACROIX A . & MOLLARD, A . L'Approche Sectorielle de La Régulation: une problématique à partir de l'agriculture. In: *La Grande Transformation de L'Agriculture*, G. Allaire e R. Boyer (ed.). INRA e Economica, 1995.
- MARSHALL, Alfred. *Princípios de Economia*. São Paulo: Abril Cultural. 1992.
- MORAES, Jorge L. Amaral de. *Dinâmicas Sócioeconômicas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais: Os Sistemas Produtivos Localizados (SPLs) da Região Vale*

do Rio Pardo-RS. Tese de Doutorado. Série PGDR: Tese nº 11. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2008.

MUCHNIK, José. Les Systèmes Agroalimentaires Localisés: intérêt, approche, interrogations. Exposé Introductif - Colloque SYAL. GIS SYAL: Montpellier, outubro de 2002.

PECQUEUR, Bernard. Territoire, territorialité et développement. Industrie et territoire: les SPL. Colloque IREPD, Grenoble, outubro, 1992.

_____. Sistemas Industriais Localizados: o exemplo francês. In Ensaio FEE, Porto Alegre, ano 14, n.1, 1993.

_____. Qualite et Developpment Territorial (II) L'Hypothese du Panier de Biens. Symposium sur le développement régional, INRA-DADP. Montpellier 11, 12 et 13 janvier 2000.

_____. Le développement territorial : une nouvelle approche des processus de développement pour lês économies du Sud. Institut de Géographie Alpine. Université Joseph Fourier. Grenoble, 2004.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens da nossa época. 8 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POMMIER, Paulette. Systemes Productifs Locaux. Colloque SYAL., Montpellier, outubro de 2002.

REIS, José. O Institucionalismo Económico: Crónica sobre os saberes da economia. Notas Económicas – Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 11, 130-149. 1998.

_____. A Globalização como Metáfora da Perplexidade: Os Processos Geoeconómicos e o 'Simples' Funcionamento dos Sistemas Complexos. In Boaventura de Sousa Santos (org) Globalização: Fatalidade ou Utopia? Porto: Edições Afrontamento, 109-134. 2001

_____. Uma Epistemologia do Território. Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: 2006.

REQUIER-DESJARDINS, Denis. Multifonctionnalité, territoire et secteur agro alimentaire: une approche par les "systèmes agroalimentaires localisés". Université de Versailles-Saint Quentin en Yvelines. CAHIERS DU C3ED, nº 02-01: junho, 2002.

SABOURIN, Eric. Desenvolvimento territorial e abordagem territorial – conceitos, estratégias e atores. In: Sabourin, E., Teixeira, O. A. (Eds.). Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias, experiências. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 402p. Pp.21-37.

SCHEJTMAN, A. BERDEGUÉ, J. Desarrollo Territorial Rural. RIMISP, Santiago/Chile: fevereiro de 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.

_____. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas. Trabalho apresentado no I Fórum Internacional Território,

Desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza/Ceará, 16-19 de novembro de 2003, Organizado pelo IICA-Brasil e MDA.

SAUTIER, Denis. Eléments de Perspective. Séance Plénière Finale, Colloque SYAL. GIS SYAL. Montpellier: outubro, 2002.

VOGT, O. & SILVEIRA, R. L. (Org.) Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (org.). ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 31 – 44.